



Reunião do PMDB definiu a candidatura de Renan Calheiros (à dir., na primeira foto), enquanto Pedro Taques (à esq., na segunda foto) articulava apoio de senadores como Cristovam, Suplicy, Jarbas e Randolfe

Senado elege hoje presidente para os próximos dois anos

Renan Calheiros e Pedro Taques são os candidatos oficialmente anunciados pelos partidos para a votação que acontece a partir das 10h, com definição por maioria simples de votos. Tradição é seguir a proporcionalidade das bancadas, o que dá a Presidência da Casa ao PMDB

A candidatura de Renan Calheiros (AL) à Presidência do Senado foi anunciada ontem pelo PMDB após reunião que também indicou Romero Jucá (RR)

para a segunda-vice-presidência. O concorrente de Renan será Pedro Taques (PDT-MT), que ontem ganhou apoio do PSDB e do PSOL, incluindo a retirada da candidatura

de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Os três partidos pretendem elaborar uma pauta conjunta para democratização do Senado.

Logo após a eleição do presiden-

te, devem ser escolhidos os demais integrantes da Mesa: dois vice-presidentes e quatro secretários, com base na proporcionalidade das bancadas. **3**

Ano legislativo começa segunda-feira 8

FPE, ICMS e dívidas dominam agenda 7

Sarney faz balanço de sua passagem pela Presidência

Em entrevista esta semana, o senador destacou a modernização e a transparência do Senado como suas principais realizações à frente do Legislativo. **4 e 5**

Conselho Editorial completa 15 anos 6



O presidente do Senado, José Sarney, participa da abertura da exposição sobre os 15 anos do Conselho Editorial da Casa

Exposição conta os 25 anos da Constituição 6

Senado adere a fundo de previdência do Executivo 2

Mesa aprova proposta de reforma administrativa 2

Proposta de reforma administrativa da Casa, aprovada ontem pela Comissão Diretora, reduz em torno de 30% o número de funções e cargos, segundo o relator, Ciro Nogueira, e ainda será analisada pelo Plenário

Senado poderá economizar R\$ 83 milhões por ano

A COMISSÃO DIRETORA do Senado aprovou ontem a proposta de reforma administrativa da Casa. O relator, Ciro Nogueira (PP-PI), afirmou que o texto resultará em economia para o Senado.

— Fizemos um equacionamento buscando a economia de recursos públicos. Essa reforma, se aprovada no Plenário, terá uma economia de R\$ 83 milhões ao ano para o Senado Federal — disse.

Ciro também assegurou que haverá redução de gastos com pessoal.

— Nós vamos ter uma redução em torno de 30% entre funções e cargos na direção-geral e em toda a Casa. Os cortes serão feitos em relação aos terceirizados, no processo legislativo e na Casa como um todo. Nos gabinetes, limitamos a quantidade de divisões, que antigamente era em torno de 80 cargos. [Agora] ficará limitada a 54 cargos — explicou.

A proposta, que se baseou em sugestões apresentadas pelos dirigentes dos diversos



Jonas Pereira/Agência Senado

Ciro diz que ideia é eliminar excessos sem inviabilizar gestão eficiente da Casa

órgãos administrativos da Casa, procura eliminar excessos e superposições, de acordo com o texto do relator. Ao mesmo tempo, segundo o parecer de Ciro Nogueira, supera “ideias minimalistas, que, na prática, conduziram à impossibilidade de gestão eficiente de uma estrutura com a dimensão e a complexidade do Senado Federal”.

Pelo texto aprovado ontem, a estrutura dos órgãos da Casa é fixada até o nível de departamento ou equivalente.

À Comissão Diretora caberá o estabelecimento das unidades de serviço, desde que não haja alteração no quantitativo de funções, comissões e cargos em comissão, como ressalta o relator.

O relatório mantém a estrutura dos gabinetes dos senadores, líderes e membros da Mesa. Os blocos parlamentares, exceto os da Maioria e da Minoria, funcionarão com a estrutura física, material e humana das lideranças dos partidos que os compõem.

Reforço às áreas de processo legislativo

A reforma, segundo Ciro Nogueira, reforça a Secretaria-Geral da Mesa, especialmente nas áreas de processo legislativo eletrônico e de apoio às atividades do Congresso. Quanto à Secretaria-Geral de Administração, a prioridade foi a implantação da governança corporativa e da gestão estratégica.

Nas unidades ligadas à formação de pessoas, a reforma elimina superposições e integra órgãos que atuavam separadamente, como Unilegis e Interlegis, que passam a integrar o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

A reforma preserva a estrutura da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) e incorpora a ela unidades das áreas de eletrônica, arquivo digital e infraestrutura de informática. O objetivo, como explica o relator, é assegurar a série de atividades desempenhadas pelo órgão, tanto pelos veículos de comunicação quanto pelas áreas institucionais.

O relatório faz pequenos ajustes na estrutura de órgãos de assessoramento, como Consultoria, Advocacia e Controladoria, e mantém a vinculação da Secretaria

de Polícia Legislativa e do Prodasen à Secretaria-Geral de Administração.

A reforma, que terá um prazo de implantação de seis meses, determina aos órgãos da Casa a realização de estudos e avaliações. Uma delas, dirigida à Comissão Diretora, prevê redução de 30% dos contratos de mão de obra.

Esses estudos devem avaliar também a conveniência da integração com a Câmara dos Deputados de atividades como assistência médica, polícia e estruturas de suporte administrativo e logístico.

Aprovada adesão ao Funpresp do Executivo

Na última reunião da atual Comissão Diretora do Senado, ontem, também foi aprovado o termo do convênio de adesão à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe).

O primeiro-secretário do Senado, Cícero Lucena (PSDB-PB), explicou que a Casa, a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União (TCU) vão aderir ao fundo já existente no âmbito do Executivo. O Funpresp será responsável pelo regime de

previdência complementar dos servidores federais.

Foi aprovada, ainda, a criação da Escola de Gestão, dentro da estrutura do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). A escola será responsável pelo planejamento de ações de treinamento destinadas a formar gestores para atuar na administração do Senado.

Segundo Cícero, a nova unidade aproveita a estrutura do ILB e não vai representar aumento de custos.

— Cada vez mais, o Senado precisa se modernizar e avan-

çar na eficiência da gestão pública — afirmou o senador.

Requerimentos

A Comissão Diretora acolheu uma série de requerimentos. Aécio Neves (PSDB-MG) pediu que a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, compareça ao Senado para falar sobre trabalho infantil, entre outros assuntos. E Benedito de Lira (PP-AL) solicitou a tramitação conjunta das PECs 74/11, 83/11 e 33/12, sobre a redução da maioria penal.

Acordo entre órgãos públicos favorece turismo em Brasília

Com o objetivo de melhorar o atendimento ao turista e promover visitação a órgãos públicos na capital do país, foi assinado segunda-feira o protocolo de intenções do Grupo de Visitação Institucional integrada em Brasília (Viibra).

O documento formaliza a cooperação entre órgãos federais e distritais que existe desde maio de 2011. A parceria visa à divulgação dos roteiros de visitação, capacitação de profissionais que atuam nas visitas, promoção da acessibilidade, preservação da infraestrutura e dos acervos dos prédios públicos, padronização da segurança nos pontos de visitação e busca de soluções que melhorem a mobilidade dos turistas.

Das 16 instituições que compõem o Viibra, 12 assinam o protocolo, das quais 7 participaram da cerimônia de assinatura. Além do Senado, estão no documento a Câmara dos Deputados, o Superior Tribunal Militar, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, a Imprensa Nacional e a Secretaria de

Turismo do Distrito Federal. Também participam do acordo a Presidência da República, o Ministério das Relações Exteriores, o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral e os Correios.

O secretário de Turismo do Distrito Federal, Luís Otávio Rocha Neves, e o diretor-geral da Câmara, Rogério Ventura Teixeira, destacaram a importância do turismo cívico e o interesse do cidadão em conhecer os órgãos públicos e aprender sobre o funcionamento do Estado.

Respeito à visita

Ao elogiar a iniciativa, originada na Câmara, a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, destacou que a parceria, sem acarretar custos adicionais, contribui para atender à grande busca por informações da história do Legislativo.

— O cidadão brasileiro sentirá o respeito que Brasília tem por sua visita — afirmou a diretora.

Os outros quatro órgãos que compõem o grupo ainda analisam os termos do protocolo.



Lia de Paula/Agência Senado

Diretora do Senado, Doris Peixoto assina protocolo: “Respeito ao cidadão”

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PRESIDÊNCIA Preparação para abertura dos trabalhos

10h O senador José Sarney participa de reunião preparatória da 3ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura.

PLENÁRIO Eleição do presidente do Senado

10h Reunião preparatória para escolha dos novos presidente e vice-presidente do Senado. A eleição ocorrerá em turno único e só haverá nova votação no caso de se registrar um empate entre dois ou mais candidatos. Em seguida, poderá ser convocada outra reunião para eleger os membros da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião preparatória. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senadores escolhem hoje novo presidente

Por tradição, cargos são ocupados de acordo com tamanho das bancadas. Por esse princípio, PMDB indicou à Presidência Renan Calheiros; Pedro Taques, do PDT, também disputa

O SENADO DEFINIRÁ, a partir de hoje, os nomes dos integrantes da Mesa — presidente, vice-presidentes, secretários e suplentes — e das comissões permanentes pelos próximos dois anos, até o início de 2015. O critério é o da

proporcionalidade, com atribuição dos cargos de acordo com o tamanho das bancadas. Por tradição, a maior bancada indica o candidato a presidente da Casa, embora possa haver outras candidaturas. A eleição, marcada para as 10h

de hoje, acontece por maioria simples de votos, com a presença da maioria absoluta dos senadores (41). Logo depois, devem ser escolhidos os demais integrantes da Mesa.

Renan Calheiros (PMDB-AL) e Pedro Taques (PDT-MT)

concorrem ao cargo de presidente do Senado (*leia mais na matéria abaixo*).

PMDB e PT são as maiores bancadas do Senado, com 21 e 14 cadeiras, respectivamente. A proporcionalidade é prevista na Constituição, que assegura,

“tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa”.

O Regimento Interno do Senado também confirma o princípio, no artigo 59.

As atribuições de cada um

PRIMEIRO E SEGUNDO-VICE-PRESIDENTES

- ▶ Ao primeiro-vice-presidente cabe substituir o presidente em suas ausências
- ▶ Ao segundo, substituir o primeiro em caso de impedimentos

PRIMEIRO-SECRETÁRIO

- ▶ Lê em Plenário a correspondência oficial recebida pelo Senado, os pareceres das comissões, as proposições apresentadas e todos os documentos que façam parte do expediente da sessão
- ▶ Assina e recebe a correspondência do Senado Federal

PRESIDENTE

- ▶ Convoca e preside as sessões do Senado e as sessões conjuntas do Congresso Nacional, fazendo observar na sessão a Constituição, as leis e o regimento
- ▶ Designa a ordem do dia, conduz votações, dá posse a senadores e convoca suplentes
- ▶ Vela pelo respeito às prerrogativas do Senado e às imunidades dos senadores

SEGUNDO-SECRETÁRIO

- ▶ Lavra as atas das sessões secretas

TERCEIRO E QUARTO-SECRETÁRIOS

- ▶ Auxiliam o presidente em eleições, fazendo, por exemplo, a contagem dos votos

SAIBA MAIS SOBRE A COMISSÃO DIRETORA

Os senadores eleitos para a Mesa do Senado integram também a Comissão Diretora do Senado, órgão distinto da Mesa, com responsabilidade de tratar das questões administrativas. A Comissão Diretora tem a atribuição de administrar o Senado, apresentando projetos de resolução sobre a organização e o funcionamento da Casa. Cabe a ela, ainda, fazer a redação final dos projetos de iniciativa da Casa e das emendas e projetos da Câmara aprovados pelo Plenário.

Renan Calheiros e Pedro Taques disputam comando da Casa

Enquanto o PMDB escolhia ontem Renan Calheiros (PMDB-AL) como candidato do partido à Presidência do Senado, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) retirou sua candidatura — lançada há duas semanas — para apoiar Pedro Taques (PDT-MT), que também ganhou apoio do PSDB.

— Taques é o que melhor atende às necessidades do Senado de independência e transparência. Nossa decisão não foi movida por razões pessoais, mas na intenção de preservar a instituição — afirmou Aécio Neves (PSDB-MG).

O candidato do PDT agradeceu ao PSDB e disse que até a manhã de hoje ainda haverá conversas com outros parti-

dos, como DEM e PSB, além de senadores independentes.

— Ganhar ou perder não é importante. O importante agora é mostrar que, no Senado, existe vida que não está atrelada ao passado — afirmou.

Outras candidaturas podem ser formalizadas até o início da votação. A eleição para os demais cargos da Mesa ocorrerá logo depois da escolha do novo presidente do Senado.

O presidente em exercício do PMDB, Valdir Raupp (RO), informou que o partido escolheu Eunício Oliveira (CE) como novo líder da bancada, em substituição a Renan. Raupp acrescentou que Romero Jucá (PMDB-RR) foi indicado como candidato à segunda-vice-

-presidência da Mesa. Ele disse que os nomes foram escolhidos “por aclamação” dos senadores do partido, que forma a maior bancada do Senado.

Pauta conjunta

Em relação à candidatura de Taques, Aécio informou que PSDB, PSOL e PDT pretendem elaborar uma pauta conjunta de ações de democratização do Senado, com rodízio de relatorias e prioridade aos temas mais relevantes para o país. Para o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), o apoio a Taques é um movimento “daqueles que não estão confortáveis com o status quo”. Alvaro afirmou que só hoje o partido definirá sua participação na Mesa.

Pela manhã, os partidos que se opõem ao nome escolhido pelo PMDB chegaram a cogitar o lançamento de várias candidaturas alternativas para enfrentar Renan. A razão é que o Regimento Interno do Senado permite que apenas candidatos ao cargo usem amplamente a palavra na sessão que antecede a eleição.

— Se proibirem a fala de outros senadores, vamos ter outros candidatos. Se for para poder falar, eu próprio me lançarei candidato — disse Cristovam Buarque (PDT-DF), acrescentando que Pedro Simon (PMDB-RS) também poderia ser candidato para ampliar a possibilidade de debate durante a sessão.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) também havia dito que mais senadores poderiam se inscrever como candidatos.

— Diante desse critério sobre uso da palavra, que consideramos antidemocrático e que visa evitar o debate, vamos manter as candidaturas — disse Jarbas.

Cristovam, Simon, Jarbas, Randolfe, Alvaro e Eduardo Suplicy (PT-SP) enviaram ofício ao presidente do Senado, José Sarney, questionando a norma e reivindicando o direito de falar durante a sessão.

O registro de candidaturas pode ser feito oralmente hoje, no início da reunião preparatória, que antecede a eleição para a Presidência da Casa.



Reunião do PMDB confirma a candidatura de Renan (5º à esq., à mesa) e indica nomes para a Mesa



Jarbas, Randolfe, Taques e Cristovam se reúnem para decidir a forma de concorrer contra Renan

Em entrevista concedida esta semana, o senador fez um balanço da quarta passagem pela Presidência da Casa, período que se encerra hoje. Ele também apontou a necessidade de reduzi

Sarney destaca modernização e transparência

COM 35 ANOS de Senado e quatro passagens pela Presidência da Casa, José Sarney (PMDB-AP) diz que não se prende ao passado. Prefere olhar para o futuro, que, em sua opinião, terá o Brasil como protagonista no cenário mundial.

Sarney avalia que modernização e transparência serão dois de seus principais legados nesta última passagem pelo comando do Senado. A seguir, os principais trechos de entrevista concedida esta semana.

País do presente

Nunca tive dúvida do grande destino de nosso país. Tivemos os anos dourados dos Estados Unidos, da Europa e do Oriente. Evidentemente que as únicas áreas do mundo ainda à espera do progresso da humanidade, da ciência e da tecnologia a serviço do homem são América do Sul e África. Acredito que chegou o tempo da América do Sul. O Brasil hoje ocupa mundialmente posição de destaque e começa a participar das decisões mundiais. (...)

Hoje somos a sexta economia mundial e realmente nossa marcha será para uma posição entre os mais desenvolvidos.

Oportunidades

No Brasil estamos vendo em passos largos a incorporação das classes mais pobres ao acesso à riqueza nacional. A República completou cem anos. Começou praticamente com um golpe militar, passou pelos bacharéis, que haviam formulado as teorias republicanas; pelos barões do café; pelos eruditos e teóricos; e depois pela participação de classes médias e de militares. Ultrapassamos tudo isso e chegamos a um operário no poder. (...)

Para completar, temos uma mulher no comando. Quando os americanos dizem que colocaram um negro na Presidência, podemos dizer que colocamos uma mulher.

Mundo transformado

No Senado, em 1995, as atas eram feitas a mão, com seis meses de atraso, à medida que as atribuições da casa aumentavam. Hoje temos acesso instantâneo a tudo. Foi uma revolução a que

assisti. E, neste tempo, procurei me colocar sempre dentro deste mundo em transformação. (...)

Na política presenciei todos os sistemas que, na minha mocidade, julgávamos que mudariam o mundo, como comunismo, integralismo, fabianismo. De repente, verificamos que a melhoria da qualidade de vida da humanidade era feita mais por um cientista do que por todas estas teorias políticas. (...)

Isto significa o fim das ideologias, a morte das ideologias. O mundo do presente e do futuro é muito mais formado por países que dominam o conhecimento e a tecnologia do que por países dependentes. O desenvolvimento passa pela qualificação e educação. E o Brasil, infelizmente, ainda não encontrou este caminho.

A arte do possível

Como a sociedade democrática é uma sociedade de conflitos, cabe justamente à política harmonizar tais conflitos. Procurei pautar minha vida vendo a política desta maneira, procurando fórmulas de consciência. Significa que ninguém precisa esmagar ninguém e ninguém precisa passar por cima de ninguém. É necessário harmonizar os conflitos encontrando uma solução que seja possível. Então, voltamos à definição de Bismarck de que a política é a "arte do possível".

Senado mais forte

Em 1994, rendi-me aos apelos dos colegas e assumi a Presidência do Senado, quando esta era uma Casa praticamente apagada. A casa legislativa mais importante era a Câmara dos Deputados.

O Senado tinha uma posição de segundo plano em termos da visibilidade nacional e mudamos isso. O Senado ganhou em importância e visibilidade. É para onde todos vêm. Achem que aqui nós resolvemos tudo. Passamos quase a ser a bacia das almas, aquela onde as coisas querem que tudo seja resolvido, e imediatamente.

Marca da gestão

Uma das marcas que ficam da minha gestão é a da modernização. Temos uma Casa absolutamente moderna, e não é fácil administrar uma Casa colegiada.

No futuro, quando se procurar saber quando realmente o Senado mudou, vamos encontrar que mudou quando nós conseguimos marchar para a modernização.

A transparência da Casa também evoluiu. O Plenário, por exemplo, era completamente vazio, não tinha controle de frequência, o que era muito censurado pela opinião pública. Hoje, temos controle, temos o tempo real.

Diálogo com o cidadão

Na área de comunicação, somos pioneiros no Brasil com a criação da TV Senado. Houve a criação da Rádio Senado e da Agência Senado. Além disso, a interatividade com a população brasileira aumentou. Basta vermos que o serviço Alô Senado recebe, por mês, 2 milhões de chamadas. (...)

O Portal de Notícias, por exemplo, tem 1 milhão de acessos por mês. Então, se somarmos os meios de interação disponíveis, vamos encontrar mais de 5 milhões de brasileiros interagindo conosco, fiscalizando as nossas atividades.

Trabalho organizado

Quando entrei no Senado, não sabia nem o que ia votar, o que estava circulando. Hoje, temos 15 dias de antecedência. Qualquer matéria que entra em pauta vem dentro do planejamento, e os senadores já podem saber, a sociedade já pode saber. Temos no Senado uma equipe técnica extraordinária, de tal modo que não há nenhum projeto, vindo da Câmara ou do Poder Executivo, que não seja melhorado.

Atualização das leis

As leis brasileiras ainda remontam a ideias muito atrasadas. É preciso que sejam adaptadas ao nosso tempo. Por isso, criei comissões e adotei um sistema com grupos de especialistas e grandes pensadores nacionais para estudar determinados problemas. Código Penal, Código de Processo Penal, Código do Consumidor, a Federação... Isso tem servido para que andemos rapidamente. O passo inicial foi dado.

Unidade nacional

Os historiadores que se dedicam à história do país reconhe-



"Quem não pensar coletivamente jamais deve entrar para a política", afirma José Sarney, que tem 35 anos de mandatos no Senado

cem que duas coisas asseguraram a unidade nacional: o Senado e o Poder Moderador. O Senado participou disso e por quê? Porque era a Casa onde realmente se fazia aquilo que hoje nós buscamos na política: harmonizar conflitos e buscar soluções.

Por isso, digo que nós temos que ter muito cuidado com a Federação. Se no passado os homens que fizeram este Brasil nos deram um país unido, um país grande, um país dessa magnitude, não temos o direito agora de criar o germe de coisas que nos levem no futuro à divisão. Não podemos deixar que se inocule nesse país o germe da secessão. Por isso, a Federação tem que se debruçar nos desníveis regionais.

A unidade nacional não resiste a muitos e muitos anos se houver estados destinados à grande riqueza e outros apenas como satélites, fornecendo mão de obra barata. Quando se fala em problema do Norte, do Nordeste, estamos falando não em proble-

mas regionais, mas em problemas nacionais porque aí está embutida uma coisa muito mais importante que é a unidade nacional.

Frustração

Jamais pensei que chegaria onde cheguei. Devo isso ao nosso país, onde todos têm oportunidade. Minha mãe é nordestina, pernambucana, para o Maranhão na seca de 1917. Dizia meu avô: "Vi a cara da fome na seca de 21. Ô bicha da cara farta só mata gente em jejum".

Todos nós temos oportunidades. Veja o Lula, filho também de retirantes, que chegou à Presidência. Este é um país abençoado com oportunidades para todos. E o grande caminho é o da educação. Fui autodidata e, se tiver uma frustração, foi não ter tido a oportunidade de frequentar grandes universidades. Sempre tive essa ânsia de conhecimento. Sempre fui bom estudioso. Todo dia devo aprender alguma coisa, por mais simples que seja.

Senado homenageia presidente da Câmara pelos 2 anos em que Casa

O presidente do Senado, José Sarney, ofereceu na terça-feira passada um almoço em homenagem ao presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia.

O encontro, na residência oficial da Presidência do Senado, celebrou o trabalho conjunto das

Casas nos últimos dois anos.

O período de José Sarney na Presidência do Senado se encerra hoje. O de Marco Maia na Presidência da Câmara, na segunda-feira.

Estiveram no almoço os principais líderes do Congresso

Nacional e autoridades do Poder Executivo, como o vice-presidente da República, Michel Temer, e a ministra da Cultura, Marta Suplicy.

— O almoço foi feito pela Mesa do Senado Federal ao presidente Marco Maia justamente

testemunhando o quanto nosso trabalho conjunto foi importante para que tivéssemos dois anos de paz, de tranquilidade, de trabalho — explicou Sarney.

Sobre o encerramento do mandato na Presidência do Senado, José Sarney destacou os avanços

na modernização da Casa.

— Tenho dito que nunca desisti de participar de administração das Casas nos 56 anos em que estive no Congresso, mas nos últimos anos presidi o Senado justamente por uma grande solicitação de nossos colegas

... as desigualdades regionais e reafirmou a confiança no protagonismo do país

...cia do Senado

Por isso, o grande desafio para o futuro do Brasil é a educação.

Legado político

Presidi a transição democrática e assumi a Presidência da República num momento trágico [após a morte de Tancredo Neves em 1985]. Às 3h da manhã me comunicaram e assumi às 10h. Não conhecia os ministérios, nem tinha participado do programa de governo. O país saía de um regime ditatorial e grupos clandestinos a floravam. Então fiz a costura da transição. O que foi isso, ninguém pode saber. E quem pagou mais fui eu. Fui sacrificado. Todos achavam que a democracia morreria em minhas mãos. Eu mesmo achei que seria deposto. Não havia partido político. Não tinha quem me apoiasse. Vinha de uma dissidência. Tinha entrado para possibilitar a vitória do partido. Com isso tudo, fizemos a transição democrática e este é até hoje o maior e mais longo período que o Brasil atravessou de forma tranquila e democrática. As instituições se consolidaram, os militares saíram da política e, em 1989, um operário foi candidato à Presidência.

Luta pelo social

Também acredito que coloquei o social dentro das preocupações maiores do país, pois até então só se falava em economia, em combate à inflação. Vamos fazer recessão para equilibrar, diziam na época. A Europa está fazendo isso. E eu me recusei porque sabia que entraríamos num processo em que o povo pagaria, e o regime não sobreviveria a uma recessão. Então, entrei num programa heterodoxo. Tivemos a coragem de iniciar, contra todas as teorias econômicas daquele tempo, o Plano Cruzado e o congelamento de preços.

Até hoje, homens de grandes redes falam da inflação no Brasil daquele tempo. Só que a inflação era com correção monetária. Os números não têm o mesmo significado que têm hoje. Se havia inflação de preços, tinha inflação do salário. Corrigiam-se mensalmente os salários e isso se constituía num colchão, de modo que tivemos a menor taxa de desemprego da história

do país: 3,16% em média.

Os programas sociais iniciados estão aí até hoje e floresceram. Começaram naquele tempo. Contra a fome, distribuição do leite, seguro-desemprego, impenhorabilidade da casa própria, universalização da saúde... Naquele tempo, quem não fosse empregado com carteira assinada só tinha Santas Casas ou Vicentinos. Transformamos a saúde como dever do Estado.

Futuro político

Não tenho mais futuro, eu tenho passado. Já disse isso. A política é cruel e é uma amargura permanente. Mas ao mesmo tempo dá satisfação de trabalhar pelas pessoas. O verdadeiro político nunca pensa individualmente. Essa motivação me levou a ser político a vida inteira.

Aos novatos

Primeiro tem que ter vocação para a vida pública. Quem não pensar coletivamente, ou só pensar individualmente, jamais deve entrar para a política. Se entrar, vai querer defender somente interesses pessoais. Se não tiver paixão de liderar em benefício da coletividade e tiver visão pequena e estreita, será um mau político e vai entrar por práticas que condenamos tanto.

Em segundo lugar, tem que se preparar para ter visão humanista. Assim, terá arcabouço para ser um bom político. Para isso, tem que estudar. (...)

Idealismo é também o principal. Se não tiver o ideal, ele não resiste à batalha política.

Aos brasileiros

Não veja as coisas pelo lado simplório ou pelo xingamento. Somos todos filhos de Deus. Temos virtudes e defeitos...

Veja o Senado com a grandeza que representou na história do Brasil. Não veja pelas pessoas que cometem erros, não veja só pelo momento. O Senado está aí para trabalhar pela unidade nacional. Quando você recebe o benefício de uma lei votada pelos senadores, foi o resultado de sua participação como cidadão. A democracia possibilita o autogoverno. Cobre de seu senador, mas procure ser justo nas avaliações.

...s trabalharam em sintonia

Acho que valeu a pena, porque foi um período em que nós pudemos modernizar o Senado, informatizá-lo e colocá-lo na era da informação — afirmou o parlamentar.

Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse que há uma sinergia muito

forte entre a Câmara e o Senado, traduzida pela força dos presidentes que agora estão deixando os postos.

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que Sarney teve uma “gestão brilhante” na Presidência do Senado.

Relatório aponta economia de dinheiro nos últimos anos

O Senado economizou R\$ 35 milhões com despesas de horas extras no ano passado, uma redução de 83%, resultado da aposta na implementação de banco de horas.

A informação consta do relatório de gestão dos anos de 2011 e 2012, que foi apresentado na segunda-feira pela diretora-geral do Senado, Doris Peixoto.

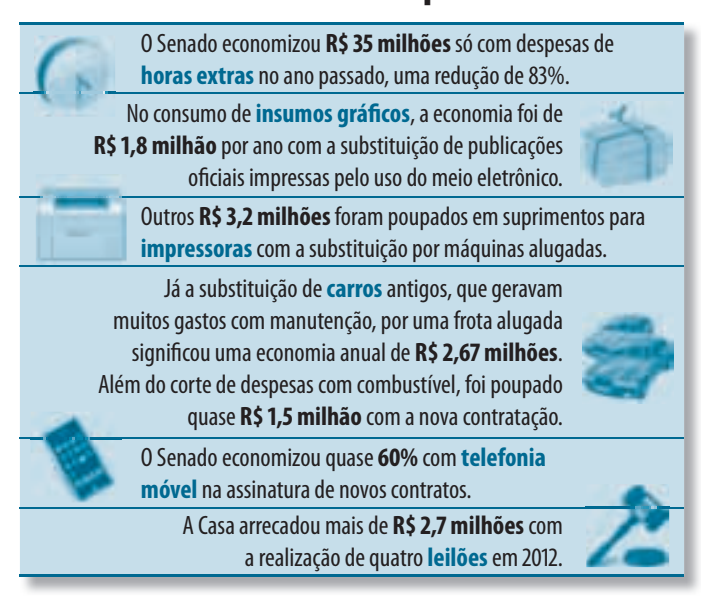
A prestação de contas aponta uma redução no consumo de insumos gráficos. A economia foi de R\$ 1,8 milhão por ano com a substituição de publicações oficiais impressas pelo uso do meio eletrônico. Outros R\$ 3,2 milhões foram poupados em suprimentos para impressoras com a substituição por máquinas alugadas.

A substituição de veículos antigos, que geravam muitos gastos com manutenção, por uma frota alugada significou uma economia anual de R\$ 2,67 milhões. Além do corte de despesas com combustível, foi poupado quase R\$ 1,5 milhão com a nova contratação.

— Temos que investir na contratação de serviço externo. Temos que tirar do Senado o peso de uma atividade que não nos diz respeito e nos ater ao que é o nosso negócio, a atividade legislativa — afirmou Doris, ao enfatizar também que “o caminho natural” do Senado será contratar consultorias para projetos específicos.

O relatório informa ainda que o Senado economizou quase 60% com telefonia celular na assinatura de novos

Verbas economizadas pelo Senado



contratos. Além disso, arrecadou mais de R\$ 2,7 milhões com a realização de quatro leilões em 2012.

Concurso

A diretora-geral informou também que, neste ano, mais 300 cargos devem ser ocupados no Senado, com a convocação de aprovados no concurso público de 2012, tão logo o Orçamento de 2013 seja votado.

No ano passado, foram empossados 295 servidores. As convocações servem para compensar a aposentadoria de mais de 400 servidores nos últimos dois anos.

Além do treinamento dos servidores, alinhado com a agenda estratégica da administração, Doris ressaltou a importância da revisão do quadro de pessoal, com a identificação de gargalos. Uma necessidade apontada é a contratação de mais

engenheiros e arquitetos. O objetivo não é aumentar o número de cargos, mas redistribuir os já existentes.

Garantir a transparência dos atos do Senado, ampliar o investimento na modernização e melhorar o acesso às informações disponíveis na internet são alguns dos desafios apontados pela diretora-geral.

Ela lembra que há quase um “excesso de zelo” no trabalho com o acompanhamento dos projetos, uma busca pela descentralização da administração por meio da delegação de competências e uma “autovigilância” realizada pelo setor de recursos humanos, que faz auditoria dos atos e encaminha os resultados para o controle interno.

— Hoje o Senado é mais vigiado do que qualquer outro lugar desta República. Tudo aqui tem que ser extremamente aberto.



Equipe da TV Senado trabalha: Sarney diz que um dos legados dele como presidente da Casa é o sistema de comunicação

“Deixo o Senado organizado e transparente”

Prestes a deixar a Presidência do Senado, José Sarney disse que enfrentou uma carga de trabalho pesada em razão da complexidade da administração da instituição.

— Estou vendo com muita felicidade chegar o dia de transferir a Presidência. Vamos entregar o Senado administrativamente muito bem organizado. O Portal da Transparência, por exemplo, vocês [jornalistas] estão utilizando

bem. Vejo a quantidade de informações que são pedidas e que são fornecidas. A reforma administrativa, 80% dela está implantada.

Sarney falou dos procedimentos administrativos por ele inaugurados para tornar a instituição mais moderna e transparente. Disse que o plano de cargos e salários foi concluído.

— A informatização foi total. Basta ver a parte de

comunicação que fizemos, com rádio, TV, agência de notícias. No ano passado, nossa agência teve mais de 1 milhão de acessos, o que mostra o acompanhamento da população.

Sarney disse que dedicará o término do mandato de senador ao trabalho legislativo. Indagado se terá saudade da Presidência da Casa, respondeu:

— Quando eu deixo os cargos, tenho por norma o seguinte: não olho para trás.

Exposição no Senado narra história das Constituições do Brasil

Presidente da Casa, José Sarney, participou da abertura da mostra, que poderá ser visitada pelo público até 1º de março

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, participou anteontem da abertura da exposição *Constituições Brasileiras*. A mostra lembra todas as Constituições que o país já teve e inicia as comemorações dos 25 anos da Constituição de 1988.

A exposição, que pode ser visitada pelo público até 1º de março, marca a reabertura das atividades culturais nos espaços Senador Ivandro Cunha Lima e Galeria Senado.

Para Sarney, a Constituição é um pacto entre o cidadão e o Estado. Ele lembrou que era presidente da República na época da promulgação da Constituição de 1988. Segundo ele, a Assembleia Nacional Constituinte tinha a preocupação de colocar as questões sociais na agenda do país, que era voltada para as questões econômicas.

Ele classificou a Constituição de 1988 de “o maior patrimônio do povo brasileiro”:

— A Carta Magna assegura ao país a paz social.

Para a diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, a exposição é um convite à reflexão sobre a Constituição, como forma de buscar uma sociedade



José Sarney fala na abertura da exposição: evento inicia comemoração dos 25 anos da atual Constituição brasileira

livre, justa e solidária.

— A exposição permite ao cidadão momentos de aprendizado a partir de fatos marcantes da história do país. É o Senado cumprindo o compromisso que tem com a grandeza do Brasil.

O curador da mostra, o historiador Antônio Barbosa, disse que a exposição é uma demonstração do esforço do Senado em vincular-se aos interesses nacionais. Ele

acrescentou que, ao valorizar o significado histórico das Constituições, a mostra oferece um panorama da história brasileira, que é um processo em construção.

— A exposição evidencia o compromisso da Casa com a cidadania.

No espaço Ivandro Cunha Lima, estão expostos 16 painéis com textos e imagens de momentos marcantes da Assembleia Nacional Constituinte.

Na Senado Galeria, estão as réplicas das edições de todas as Constituições — desde a primeira, de 1824.

A ideia da exposição é mostrar o valor histórico da Constituição e a importância do trabalho legislativo, especialmente para o desenvolvimento do país e sua organização política, social e econômica.

O senador Sodré Santoro (PTB-RR) também acompanhou a solenidade de abertura.

Mostra comemora 15 anos do Conselho Editorial

A exposição *15 anos do Conselho Editorial*, em cartaz no corredor de acesso às alas Senador Tancredo Neves e Senador Teotônio Vilela, também contou com a presença de José Sarney em sua abertura.

A mostra fica aberta ao público até o dia 11 e apresenta painéis com as capas de alguns dos 234 livros publicados pelo Senado entre 1997 e 2012.

Sarney, que preside o Conselho Editorial desde 2002 e

era presidente do Senado na época da criação do órgão, disse que foi uma feliz coincidência fechar seu ciclo à frente do Senado com um evento dedicado ao livro.

Também membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), Sarney afirmou que o Senado tem contribuído para o resgate e a revitalização do acervo bibliográfico brasileiro ao publicar obras fundamentais da cultura brasileira.

— Nossa coleção conta com um acervo extraordinário de obras muitas vezes condenadas à morte — disse, destacando títulos como *Viagem pelo Rio Amazonas*, de Gonçalves

Dias, e *Questões de Limites: Guiana Francesa*, do Barão do Rio Branco.

Sarney homenageou o vice-presidente do Conselho Editorial do Senado, Joaquim Campelo Marques, e os demais membros do colegiado: Carlos Henrique Cardim, Carlyle Coutinho Madruga e Raimundo Pontes Cunha Neto.

Em nome dos conselheiros, Cardim ressaltou o papel social que o Senado cumpre ao preencher uma lacuna na bibliografia brasileira fundamental, editando obras inéditas e republicando outras há anos fora do catálogo das editoras.



Painel exhibe capas de livros publicados pelo Senado nos últimos 15 anos

Acervo digital da Casa reúne perto de 1 milhão de fotos

Em 2012, o Arquivo Fotográfico da Secretaria Especial de Comunicação do Senado (Secs) atendeu a mais de 1.300 pedidos de fotos, que resultaram no envio de quase 50 mil imagens. O acervo de fotos digitais do Senado, formado por mais de 980 mil imagens, pode ser acessado gratuitamente por qualquer cidadão ou instituição.

As consultas e solicitações devem ser feitas ao Arquivo Fotográfico da Secs, que funciona no **Jornal do Senado**, pelo e-mail fotojornal@senado.gov.br.

O banco de imagens da Secs reúne as fotos produzidas pela Agência Senado em meio digital desde 1999. As requisições devem ser feitas de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h.

O acesso às imagens da Secs não tem custo para o cidadão, sendo exigida apenas a inclusão do crédito do autor das fotos, em respeito ao que determina a lei de direitos autorais, conforme explica o chefe do arquivo, Leonardo Sá.

O acervo reúne as fotos usadas pela Agência Senado, pelo **Jornal do Senado** e pela revista *Em Discussão!*, entre outros veículos da Secs. Também abriga alguns registros de bancos de imagens parceiros, como o da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o do governo da Bahia e os de ministérios.

Todas as imagens do Arquivo Fotográfico da Secs, incluindo as fotos de senadores, são armazenadas por data, e a procura pode ser feita por termos descritivos ou palavras-chave, o que facilita a busca pelos interessados, explica Sá.

Os pedidos de fotos em papel e negativos, porém, devem ser direcionados ao Serviço de Documentação e Arquivo do Senado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Agenda federativa deve predominar este ano

Combate à guerra fiscal, rateio do Fundo de Participação dos Estados e royalties do petróleo estão entre os principais debates do Congresso

PROJETOS COM IMPACTO nas relações federativas — como rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE), redução dos encargos das dívidas estaduais, diminuição das alíquotas interestaduais do ICMS e compensação pelas perdas causadas por novo arranjo — devem dominar boa parte das discussões no Senado em 2013. O Congresso, em reunião de senadores e deputados, terá de decidir sobre a distribuição dos royalties do petróleo — se mantém ou rejeita veto da presidente Dilma Rousseff.

No ICMS, o objetivo é dar fim à guerra fiscal entre os estados, cujos mecanismos foram declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Como hoje os estados das Regiões Sul e Sudeste (exceto o Espírito Santo) têm alíquota de 7%, enquanto os demais adotam 12%, o governo federal encaminhou projeto de redução gradual até que, em 2025, haja a unificação das alíquotas em 4%.

As perdas dos estados serão



A fiscalização de transporte interestadual de produtos seguirá novas normas com a unificação da alíquota do ICMS

compensadas por um fundo que prevê crédito automático da União em valor equivalente à diminuição das alíquotas, durante 20 anos. A redução de um ponto percentual por ano começará em 1º de janeiro de 2014, quando também se iniciarão as compensações. Para combater desigualdades regionais, haverá um fundo de desenvolvimento com investimentos previstos de R\$ 296 bilhões. Além disso, o Executi-

vo propõe facilitar a aprovação de convênio para perdão dos créditos tributários decorrentes da guerra fiscal. Em vez da unanimidade dos secretários de Fazenda, a aprovação poderá ser feita por três quintos das unidades federadas e um terço dos estados integrantes de cada uma das cinco regiões.

Os senadores devem votar também novas regras para o FPE, porque os atuais critérios foram declarados

inconstitucionais pelo STF, que os considerou ultrapassados. O líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (BA), apresentou substitutivo que propõe a manutenção para este ano de um piso equivalente ao que cada estado recebeu em 2012. A distribuição do excedente seria baseada na população e no fator inverso à renda per capita nominal domiciliar.

Outro tema é o veto de Dilma Rousseff à lei dos royalties do

petróleo. Esse veto derrubou a tentativa do Legislativo de vincular ao FPE a distribuição dos royalties nos contratos de concessão em vigor. O STF determinou que o exame específico desse veto deveria aguardar sua vez na fila de mais de 3 mil vetos que há anos esperam votação no Congresso.

Com a disputa sobre o veto, o Orçamento da União para 2013 não pôde ser votado no fim do ano e deverá entrar na pauta do Congresso a partir de hoje. O relator-geral da proposta, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que líderes do governo e da oposição concordaram em votar o projeto terça-feira.

Até lá, o governo faz a execução orçamentária com base em medida provisória (MP 598/12) que abriu crédito extraordinário no valor líquido de R\$ 42,5 bilhões para diversos órgãos e empresas estatais. Essa é uma das oito MPs que aguardam leitura nas duas Casas. Além delas, há sete MPs que esperam a instalação de comissões mistas.

Sarney prevê FPE com nova regra ainda neste mês

O presidente do Senado, José Sarney, mostrou confiança na aprovação de novas regras para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) ainda neste mês.

No dia 24 de janeiro, o presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, garantiu em liminar a prorrogação por pelo menos 150 dias dos repasses segundo os critérios usados desde 1989.

— Estamos numa fase final de ajustamento e não vejo por que não resolvamos isso até mesmo no mês de fevereiro, se tivermos a boa vontade das bancadas — disse Sarney.

Lewandowski tomou a decisão ao analisar pedido feito no início da semana passada por quatro estados que pretendiam garantir a continuidade do recebimento mesmo sem previsão legal (Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco).

O STF havia dado prazo até

dezembro de 2012 para que o Congresso atualizasse as regras, consideradas ultrapassadas. Atualmente, 85% do FPE vai para os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cabendo os 15% restantes aos estados do Sudeste e do Sul.

Como não houve votação no Congresso, o repasse do fundo, que representa até 70% do orçamento anual de alguns estados, ficou sem amparo legal. Mas a parcela referente aos primeiros dez dias de janeiro foi repassada aos estados. De acordo com o Tesouro Nacional, os repasses vão continuar porque o dinheiro não pertence à União, mas sim aos estados.

Sarney lembrou que o FPE foi uma das grandes preocupações do Congresso no ano passado. Sobre a decisão liminar do ministro Lewandowski, ele disse não considerá-la uma interferência no Parlamento.

— O despacho do ministro Lewandowski não dá prazo

para o Congresso. Apenas mantém a decisão que o STF tinha tomado de uma nova regulamentação. E diz que, durante cinco meses, serão mantidas as regras. Ele é mais dirigido ao Poder Executivo, no sentido de manter a transferência de acordo com os índices da antiga distribuição — explicou.

Na terça-feira, o Congresso enviou ao STF um documento em que nega ter-se omitido por não ter votado novas regras. A Advocacia-Geral do Senado explicou que tramitam nas duas Casas 29 propostas sobre o assunto e que o prazo não foi cumprido por ser um tema complexo.

Conclusão

Sarney ressaltou que o Congresso não teve 36 meses para fechar um acordo sobre o assunto, depois da decisão do STF, tomada em 2010.

— Não foram 36 meses. A partir da publicação do

acórdão até 31 de dezembro de 2012, foi um ano e meio, o que realmente é um prazo que não é longo para uma Casa Legislativa votar um assunto tão controverso. Nós já estamos trabalhando nisso. Estamos numa fase de conclusão — disse.

De acordo com Sarney, outra prioridade do Congresso para este início de ano legislativo é a definição final das regras para os royalties do petróleo.

— Temos dois problemas que temos que resolver, que são ainda uma hipoteca da legislação anterior: o problema dos royalties e o problema do Fundo de Participação dos Estados.

No caso dos royalties, representantes de estados produtores de petróleo e de não produtores ainda travam embate em torno da derrubada ou não do veto parcial da presidente Dilma Rousseff às regras aprovadas pelo Congresso.

“Não podemos deixar chegar ao quinto mês”, alerta Pinheiro

Para Walter Pinheiro (PT-BA), diante do novo prazo dado pelo STF para as regras do Fundo de Participação



dos Estados (FPE), os legisladores devem se mobilizar imediatamente para colocar fim à insegurança jurídica.

— Não podemos deixar chegar ao quinto mês para definir essa questão — alertou.

Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Pinheiro voltou a defender que os parlamentares votem logo no início dos trabalhos as novas regras do FPE.

Ele deve ser o relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do PLS 289/11 — Complementar, que estabelece novos critérios, e das outras sete propostas que tramitam em conjunto.

O PLS 289/11 — Complementar está na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR). O substitutivo de Pinheiro mantém como piso, por três anos, os valores recebidos atualmente pelos estados. A ideia é que a previsão orçamentária dos estados não seja afetada.

Proposta eleva repasses federais para os estados

Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 19/12, que aumenta os valores dos repasses da União para o Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Do senador Aécio Neves (PSDB-MG), a PEC diz que a União repassará mais 1% da

arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o fundo.

A Constituição destinou 21,5% desses impostos para o FPE e 22,5% para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em 2007, diz Aécio, a Emenda Constitucional 55 criou destinação adicional

de 1% desses tributos para o FPM, montante que deve ser repassado em dezembro.

O senador lembra que esse adicional foi criado para fortalecer as finanças municipais, dando suporte às despesas de fim de ano, principalmente o 13º salário dos servidores. Em sua opinião, os estados também passam pelos mesmos

problemas de fim de ano.

Ao apresentar a PEC, o senador já previa que a criação de novos critérios de repartição dos recursos do FPE poderia ocasionar perda de receita para alguns estados. Para ele, esse acréscimo de 1% nos repasses poderia ser usado pela União para compensar parte dessas perdas.

Na segunda, Congresso inicia trabalhos de 2013

Novo presidente do Senado será o responsável por abrir a sessão legislativa deste ano; Poder Legislativo ouvirá mensagens do Executivo e do Judiciário

O CONGRESSO NACIONAL abrirá oficialmente os trabalhos da sessão legislativa de 2013 na segunda-feira.

De acordo com a Constituição, o Congresso Nacional deve retomar as atividades no dia 2 de fevereiro de cada ano. Como neste ano o dia 2 é um sábado, a sessão de abertura teve de ser adiada para o primeiro dia útil seguinte.

A sessão solene terá início às 16h, no Plenário da Câmara dos Deputados.

A condução dos trabalhos caberá ao presidente do Congresso — o recém-eleito presidente do Senado — com auxílio da nova Mesa do Congresso.

O primeiro ato da sessão será receber a mensagem enviada ao Poder Legislativo pela presidente da República, Dilma Rousseff.

A mensagem será lida pela própria presidente, se ela comparecer à sessão, ou pelo primeiro-secretário da Mesa do Congresso (que também é o primeiro-secretário da Mesa da Câmara), caso o documento tenha sido entregue por um ministro.

Tradicionalmente a mensagem é entregue pelo ministro-chefe da Casa Civil,



O Plenário da Câmara dos Deputados é o local onde, segunda-feira, os senadores e os deputados federais darão início aos trabalhos legislativos deste ano

atualmente Gleisi Hoffmann, que cumpriu essa mesma missão em 2012.

A mensagem para o Poder Legislativo trata das expectativas e planos do Poder Executivo para o ano de 2013 e das parcerias que podem ser feitas entre os três Poderes da República.

Chuva

Em 2012, por exemplo, Dilma falou da exigência de disciplina e ousadia para que o país conseguisse alcançar o superávit ao longo do ano e pediu a colaboração do Congresso para a adoção das medidas necessárias para a continuidade do crescimento

econômico do país.

Depois, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, fará sua apresentação.

A sessão será encerrada com discurso do presidente do Congresso Nacional, sem que outros parlamentares tenham direito à palavra.

Em caso de chuva, a parte inicial da cerimônia, que seria realizada ao ar livre, será transferida para a Chapelaria do Congresso Nacional.

— Minha torcida é para que o tempo fique bom, porque essa é uma cerimônia muito bonita e que costuma ser acompanhada por muitos cidadãos — afirmou a

secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, lembrando que a solenidade é aberta e pode ser vista pela população.

Orçamento

Uma vez aberto o ano legislativo, o presidente do Congresso Nacional e do Senado convocará as primeiras sessões de trabalho. A expectativa é que o novo presidente convoque ainda para o início deste mês uma sessão do Congresso específica para análise do Orçamento de 2013, que ainda não foi aprovado.

No final de 2012, a votação da lei orçamentária foi adiada diante do impasse quanto à

votação de mais de 3 mil vetos presidenciais acumulados na pauta do Congresso Nacional. Com a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux de considerar inconstitucional a decisão de mudar a ordem de votação dos vetos, o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, afirmou que a decisão impediria também a votação do Orçamento de 2013. A dúvida, porém, já foi desfeita e a votação do Orçamento foi liberada pela Justiça.

Toda a solenidade será transmitida pelos veículos de comunicação do Senado — Agência Senado, TV Senado e Rádio Senado.



Funcionários do Senado e da Câmara ensaiam cerimônia de abertura: Congresso preparado inclusive para dia de chuva

Senado e Câmara ensaiam solenidade

Na terça-feira passada, equipes do Senado e da Câmara fizeram um ensaio da cerimônia de abertura dos trabalhos do Congresso Nacional da sessão legislativa de 2013, que está marcada para as 14h desta segunda-feira.

Se não chover na segunda-feira, a cerimônia terá início na rampa de acesso ao Salão Negro do Congresso Nacional, com a chegada do presidente eleito do Senado, que também preside as sessões do Congresso. Recebido pelo chefe do cerimonial da Casa, o novo presidente será saudado pelos Dragões da Independência, a guarda de honra do Exército, e assistirá à execução do Hino Nacional e ao hasteamento das bandeiras. Haverá a salva de gala de 21 tiros de canhão

e, em seguida, ele passará em revista a tropa.

No início da rampa do Congresso, o presidente se encontrará com os secretários-gerais da Mesa e diretores-gerais da Câmara dos Deputados e do Senado, que o acompanharão até o encontro com o novo presidente da Câmara.

Dilma

Na entrada do Salão Negro, os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados serão recebidos pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, e pela ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.

No caso de a presidente da República, Dilma Rousseff, comparecer à cerimônia, ela

se juntará aos presidentes do Senado e da Câmara ainda na rampa.

Em caso de chuva, a parte inicial da cerimônia será transferida para a Chapelaria do Congresso.

Prevista para começar às 16h, a sessão de abertura dos trabalhos acontecerá no Plenário da Câmara. A condução dos trabalhos caberá ao presidente do Congresso.

O primeiro ato será receber oficialmente a mensagem enviada ao Poder Legislativo pela presidente da República. Depois, será a vez de o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) apresentar a mensagem do Judiciário. A sessão será encerrada com discurso do presidente do Congresso.

Dilma indicará prioridades do governo em mensagem ao Congresso

A apresentação da mensagem presidencial é um dos marcos da abertura anual dos trabalhos legislativos, em sessão conjunta que o Congresso fará segunda-feira. Na mensagem, o chefe de Estado se dirige ao Legislativo para avaliar a situação do país, resumindo realizações de seu governo e sugerindo providências em curto e médio prazos.

Por tradição, quem vai ao Congresso para entregar a mensagem é o chefe da Casa Civil, cargo ocupado atualmente pela senadora licenciada Gleisi Hoffmann.



A presidente deve sugerir no texto ações em curto e médio prazos

A presidente Dilma Rousseff começa o terceiro ano de mandato enfrentando o desafio de conter a desaceleração econômica. O governo vem apelando a novas medidas de desoneração, e pacotes de estímulos fiscais e financeiros foram lançados contra os “gargalos” na infraestrutura. Na área de habitação, chegou mais dinheiro para o programa Minha Casa, Minha Vida 2. Mas o ritmo da economia permanece muito aquém do “pibão” desejado.

Apesar das dificuldades, Dilma inicia a segunda metade de seu mandato com alta popularidade. Analistas afirmam que a presidente é favorecida pelo alcance das políticas sociais e a situação positiva de emprego.

Em busca de crescimento sustentado, a mais recente medida foi a antecipação do desconto da conta de luz: 18% da tarifa residencial e até 32% para o setor produtivo. Esse corte poderia neutralizar o aumento de 6,6% para a gasolina nas refinarias, que já está sendo repassado ao consumidor.